



**PASSADO PRESENTE: A INFLUÊNCIA DA CULTURA HISTÓRICA DE JOVENS  
BRASILEIROS SOBRE A DITADURA E SUA RELAÇÃO COM  
POSICIONAMENTOS NO HOJE\***

**PAST PRESENT: THE INFLUENCE OF HISTORICAL CULTURE OF BRAZILIAN  
YOUNG PEOPLE ABOUT THE DICTATORSHIP AND ITS RELATION WITH  
PLACEMENTS IN TODAY**

Rubia Caroline Janz\*\*

Matheus Medanha Cruz\*\*\*

**Resumo:** Esse texto analisou dados coletados pelo projeto *Residente: observatório das relações entre jovens, política e História na América Latina*, respondidos no Brasil, entre maio e agosto de 2019, por estudantes no Ensino Médio, em especial os referentes à questão 32, que solicitava que se posicionassem frente a afirmações acerca dos governos militares no Brasil. O objetivo foi perceber quais narrativas relacionadas a tais governos emergiram com mais frequência nas respostas e quais elementos e dimensões da cultura histórica foram mobilizados para justificar e legitimar esses posicionamentos, dando ênfase para as dimensões cognitiva, política, moral e visão de mundo. O tratamento e a organização dos dados foram realizados por meio do *software* estatístico SPSS. Os dados mostraram que as memórias sobre os governos militares sofrem influência das diversas dimensões da cultura histórica e que o saber acadêmico / escolar encontra-se também nesse campo de disputas, nem sempre como principal influência.

**Palavras-chaves:** Cultura Histórica. Ditadura Militar. Projeto Residente.

**Abstract:** This text analyzed data collected by the project *Resident: observatory of relations between young people, politics and Latin America history*, answered in Brazil, between May and August 2019, by high schoolers, especially those referents to the question 32, that asked them to take a stand against statements about military governments in Brazil. The objective was to understand which narratives about these governments emerged most frequently in the responses and which elements and dimensions the historical culture were mobilized to justify

---

\* Esse texto só foi possível graças a dedicação do professor Dr. Luis Fernando Cerri na coordenação geral do Projeto “Residente”, bem como da sua liderança na coleta de dados e do esforço no processamento deles. Somos gratos por isso e pela disponibilidade irrestrita no apoio e orientação das produções acadêmicas que resultam desse projeto.

\*\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Professora colaboradora no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestra e Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora da Educação Básica. Integra também o Grupo de Estudos em Didática da História, vinculado a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

\*\*\* Professor pela Secretaria de Educação de Santa Catarina; Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG; Especialista em Ensino de História e Geografia pela Faculdades São Braz; Licenciado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, integra também o Grupo de Estudo em Didática da História (GEDHI) da UEPG.



and legitimize those positions, emphasizing the cognitive, political and moral dimensions. The data treatment and organization were made by the SPSS software. The data showed that the memories of the military governments are influenced by dimensions of historical culture and that academic and school knowledge is also found in this field of disputes, but, not always, have the main influence.

**Key-words:** Historical culture. Military dictatorship. Resident Project.

## Introdução

A escrita desse artigo<sup>1</sup> traz consigo preocupações com um importante tema da história recente do nosso país - a ditadura militar – e com as representações que jovens estudantes brasileiros constroem acerca desse período. Em meio às mais diversas narrativas que disputam a sua versão sobre esse passado, quais são as que mais se destacam e emergem com mais frequência da memória desses jovens quando questionados a respeito? Que dimensões e elementos da cultura histórica são movidos e articulados para justificar e legitimar esses posicionamentos?

A nossa prática demonstra que temas referentes à ditadura militar vem se tornando cada vez mais delicados de serem trabalhados em sala de aula. Alunos e alunas, influenciados por revisionismos e negacionismos<sup>2</sup> difundidos nos mais variados meios,<sup>3</sup> ou mesmo pelas memórias herdadas por seus pais e avós<sup>4</sup> a respeito do período, sentem-se impelidos a questionar elementos da narrativa escolar construída sobre esse momento. Os professores de História, mais uma vez, estão na mira, acusados de esconder “a verdadeira história”.<sup>5</sup>

Somado a isso, há ainda o crescimento a olhos vistos de uma onda conservadora e nostálgica de 1964 e do período antidemocrático que sucedeu aquele fatídico 31 de março. Tal

---

<sup>1</sup> Algumas das reflexões apresentadas no presente texto estão desenvolvidas, de forma mais aprofundada, na tese da autora, ainda em processo de construção, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Rossato.

<sup>2</sup> O artigo “Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos”, de Arthur Lima de Ávila, disponível em <<https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>> traz uma discussão interessante sobre o que caracteriza o revisionismo histórico, como essas visões “alternativas” são construídas e pouco a pouco levam ao negacionismo do passado e qual o papel do historiador e da história acadêmica diante dessa realidade.

<sup>3</sup> Exemplo disso é a série Brasil Paralelo, disponível no site do grupo, cuja narrativa sobre a ditadura militar é amplamente analisada pelo historiador gaúcho Fernando Niccolazzi. Ver, entre outros, a reportagem disponível em <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>> Acesso em: 28 dez. 2020.

<sup>4</sup> O canal “História Recente” disponível na plataforma (ou site) *Youtube* traz uma discussão interessante a respeito dessas memórias em <<https://www.youtube.com/watch?v=yj75xrXmwvc>> Acesso: 28 dez. 2020.

<sup>5</sup> Exemplo disso são os projetos de lei baseados na iniciativa do movimento chamado “Escola sem Partido”, que por trás de uma narrativa de neutralidade na escola, criam um clima de denunciamento e tensão entre alunos e professores, especialmente das áreas das ciências humanas. Sobre isso, consultar [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165\\_316536.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html) Acesso: 28 dez. 2020.



movimento atribui ao golpe de Estado e ao regime de exceção instaurado desde então a responsabilidade pela restauração da “verdadeira ordem democrática”<sup>6</sup> e por conter a ameaça comunista que, segundo eles pairava sobre o Brasil naquele momento. Essa narrativa culminou com a eleição de um presidente da República, em 2018, que representa, ao nosso entendimento, um imenso retrocesso ao Estado de direito no país.

Nossas inquietações enquanto professores e pesquisadores do ensino de História tornam-se ainda mais relevantes na medida em que constatamos que as narrativas que permeiam o ensino e a aprendizagem históricos, de maneira geral, estão tensionados por e com outros discursos. Temos a impressão de que as narrativas com base científica reverberam pouco em meio a tantas outras que se constroem acerca do nosso passado.

Essas percepções da nossa vivência em sala de aula puderam ser verificadas também em dados quantitativos, coletados pelo projeto *Residente: observatório das relações entre jovens, política e História na América Latina* (2019). Essa iniciativa, é continuação do projeto *Os jovens e a História no Mercosul*<sup>7</sup>, e se estrutura em torno do Grupo de Estudos em Didática da História (GEDHI)<sup>8</sup> da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tem por objetivo produzir um levantamento atual acerca da aprendizagem histórica e sua relação com conceitos como cultura histórica e cultura política<sup>9</sup>. Como a pesquisa foi realizada em regiões diferentes do Brasil e países diversos da América Latina, possibilita a elaboração de estudos comparativos nacionais e internacionais, mapeando temas e problemas que mereçam atenção dos pesquisadores da Didática da História.

A coleta de dados, realizada por meio de um questionário, aconteceu entre os meses de maio e agosto de 2019 e contou com o envolvimento de 6.420 estudantes de sete países: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, Peru, Colômbia e México. Para o presente texto utilizaremos, em

<sup>6</sup> Em comemoração ao aniversário do golpe de 1964, ministro da defesa do governo Bolsonaro reafirmou a narrativa de que se trata de um “marco para a democracia no Brasil. Reportagem disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/golpe-de-64-e-marco-para-a-democracia-brasileira-diz-defesa.shtml>> Acesso: 28 dez. 2020.

<sup>7</sup> Mais informações sobre o histórico do projeto *Os jovens e a história* podem ser encontradas em Barom (2017).

<sup>8</sup> Além das pesquisas desenvolvidas a partir dos dados dos projetos *Os Jovens e a História* e *Residente*, o grupo é um espaço acadêmico de pesquisa, reflexão e discussão de temas voltados ao ensino e aprendizagem históricos, nas suas mais variadas instâncias, que vão desde a educação formal, nos três níveis da Educação Básica e no Ensino Superior, como também em outros espaços de circulação do conhecimento histórico, que correspondem à educação não formal. Para mais informações sobre o grupo consultar o site. Disponível em: <<https://www2.uepg.br/gedhi/>> Acesso em: 18 ago. 2020.

<sup>9</sup> Sobre os objetivos do projeto e um panorama de conceitos ver *Projeto Residente: observatório das relações entre jovens, história e política na América latina*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v0NwKE1-9FA&t=902s> Acesso em: 18 ago. 2020.



especial, os dados dos estudantes de Ensino Médio brasileiros entre 15 e 18 anos que somam um total de 3.923 respondentes. Devido ao foco na faixa etária excluimos os dados coletados na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O instrumento de coleta de dados foi composto por 35 questões relacionadas ao grau de conhecimento e interesse sobre várias temáticas históricas, à confiabilidade de informações em diferentes espaços de circulação do conhecimento histórico, ao que - na percepção dos estudantes - acontece em suas aulas de História, ao seu posicionamento frente a questões polêmicas, envolvendo política, economia e vida social, entre outros.

A organização das questões se deu, em sua maioria, a partir da escala Likert<sup>10</sup>, pois frente a uma afirmação os respondentes deveriam apontar seu grau de concordância, escolhendo entre opções que variavam de “discordo totalmente” a concordo totalmente ou nenhuma importância a total importância, por exemplo. Para realizar a análise, a cada um dos itens possíveis de resposta foi atribuído um valor numérico, que se iniciava com -2 para a resposta mais negativa, 2 para a resposta mais positiva e 0 para a resposta neutra.

Para a escrita desse artigo, o tratamento dos dados consistiu na produção de médias que nos permitissem identificar a concordância média com cada afirmação. Apresentamos esses dados em tabelas gerados a partir do *software* estatístico SPSS<sup>11</sup>.

As discussões desenvolvidas se deram a partir da análise centralizada nos dados obtidos a partir da questão 32: “Os governos militares em nosso país podem ser ligados a”. Nossa intenção é esmiuçar um pouco mais, cruzando esses resultados, com os dados obtidos em outras questões do questionário, de modo a identificar, a partir das dimensões da cultura histórica, elementos que nos ajudem a entender os porquês desses posicionamentos.

O conceito de cultura histórica, a partir da perspectiva de Jörn Rüsen,

é o suprassumo dos sentidos constituídos pela consciência histórica humana. Ela abrange as práticas culturais de orientação do sofrer e do agir humanos no tempo. A cultura histórica situa os homens nas mudanças temporais nas quais têm de sofrer e agir, mudanças que — por sua vez — são (co)determinadas e efetivadas pelo próprio agir e sofrer humanos. A cultura histórica é capaz de orientar quando viabiliza que as experiências com o passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstâncias

<sup>10</sup> “Método desenvolvido por Rensis Likert (1903 – 1981), professor de sociologia, psicologia e diretor do Instituto de Pesquisas Sociais de Michigan. A escala Likert foi apresentada à comunidade científica na publicação *A Technique for the Measurement of Attitudes*” (VIEIRA; DALMORO, 2008). Ver também: <https://www.netquest.com/blog/br/escala-likert> Acesso: 28 dez. 2020.

<sup>11</sup> Esse *software* permite o cruzamento de dados, tornando viável a utilização da estatística descritiva no processo de produção do conhecimento. Sobre como utilizar o SPSS em pesquisas na área de humanas ver Barom (2019).



da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro. (2015, p. 217)

Rüsen (2016, p.167) destaca que a cultura histórica é composta por dimensões, sendo elas cognitiva, estética, política, moral, religiosa, retórica, didática, religiosa e de visão do mundo. Nos interessa analisar de forma específica a influência das dimensões cognitiva, política, moral e de visão do mundo no posicionamento dos jovens respondentes frente à questão sobre a ditadura militar.

### Dimensão Cognitiva

A tabela abaixo demonstra o posicionamento dos respondentes diante de afirmações acerca do governo militar no Brasil. Ao observá-lo, é possível perceber, a partir da média das respostas, que, de modo geral, nossos jovens tendem a fazer associações positivas a esse momento da nossa História – de combate ao terrorismo para a manutenção da ordem, intenso desenvolvimento econômico e de maior segurança pública – enquanto majoritariamente discordam das afirmações negativas, como aquelas que se referem à torturas e assassinatos e ao fato de não se levar em conta a opinião do povo para governar.

Tabela 1 Posicionamento dos jovens brasileiros frente à ditadura militar no Brasil

<b>32. Os governos militares em nosso país podem ser ligados a:</b>	<b>Média</b>
32.1. Combate ao terrorismo para manutenção da ordem	0,13
32.2. Intenso desenvolvimento econômico	0,21
32.3. Tortura e assassinato de opositores	-0,07
32.4. Não levar em conta a opinião do povo para governar	-0,03
32.5. Crises econômicas e aumento da dívida externa	0
32.6. Um período de maior segurança Pública	0,28
32.7. Um período sem corrupção na política e no governo	-0,01

Fonte: projeto *Residente*, organizado pelos autores



Na primeira parte nosso objetivo é discutir sobre a variância dos dados acima demonstrados quando são cruzados com a questão 33, a qual solicitava que os estudantes respondessem: *Quando você toma conhecimento de uma informação nova sobre a História, como você avalia se ela é verdade?* As médias obtidas a partir desse cruzamento podem ser verificadas na tabela abaixo.

Tabela 2 – Posicionamento frente à ditadura (questão 32) x relativização do conhecimento histórico (questão 33): média do cruzamento das questões.

<b>33. Quando você toma conhecimento de uma informação nova sobre a História, como você avalia se ela é verdade?</b>	32.1. Combate ao terrorismo para manutenção da ordem	32.2. Intenso desenvolvimento econômico	32.3. Tortura e assassinato de opositores	32.4. Não levar em conta a opinião do povo para governar	32.5. Crises econômicas e aumento da dívida externa	32.6. Um período de maior segurança pública	32.7. Um período sem corrupção na política e no governo
a) Não é possível saber se é verdade, porque não existe verdade em História	0,14	0,26	-0,05	-0,16	-0,03	0,26	0,09
b) Cada um tem sua verdade, então tudo pode ser verdade para uns e não ser verdade para outros.	0,15	0,25	-0,13	-0,07	-0,04	0,37	0,17
c) Verifico se tem base em fontes confiáveis e na opinião dos historiadores e professores de História	0,15	0,18	-0,07	-0,04	0,07	0,27	-0,15

Fonte: projeto *Residente*, organizado pelos autores

Importante ressaltar uma informação que não aparece na tabela, mas que é relevante dentro do escopo desse trabalho: a maioria dos respondentes indicou que verifica se as informações que recebem têm base em “fontes confiáveis” e na opinião de historiadores e professores de história (69,7% das respostas válidas), enquanto uma pequena parcela, 6,9%,





marcou a opção em que a verdade na História é mais relativizada, na qual se lê que *não é possível saber se é verdade porque não existe verdade em História*.

Sabendo disso, poderíamos, *a priori* imaginar que:

1) A maior parte dos estudantes considera que o conhecimento histórico tem respaldo acadêmico e científico e que, portanto, para considerar algo verdadeiro é preciso verificar por meio de ferramentas que legitimem esse saber, também deveríamos ter a maior parte das repostas para a questão 32, mais alinhadas ao que é mais aceito na historiografia acerca da ditadura militar; 2) ou, que pelo menos entre os que mais verificam as informações a que têm acesso, afirmativas que relativizam o governo militar enquanto Estado de exceção encontrariam mais resistência e menor concordância.

A primeira hipótese, como observamos na Tabela 1 que demonstra as respostas dos estudantes para a questão 32, não se sustenta. Todavia, a segunda hipótese provou-se também apenas parcialmente verdadeira. Nas afirmações 32.1 *Combate ao terrorismo para manutenção da ordem*, 32.3 *Tortura e assassinato de opositores* e 32.6 *Um período de maior segurança pública*, não é possível identificar diferenças tão significativas entre as respostas dos estudantes que relativizam o conhecimento histórico e aqueles que verificam informações em fontes seguras, nem tampouco afirmar que os últimos se aproximam mais do saber historiográfico quanto ao posicionamento que assumem frente a essas afirmativas.

O oposto, no entanto, pode ser percebido nas outras quatro afirmativas. Enquanto quem acredita que não existe verdade em História discorda mais da opção que diz que o governo militar no Brasil pode ser associado a *não levar em conta a opinião do povo para governar*, os que afirmaram que verificam as informações a que têm acesso discordam menos dessa afirmativa, concordam menos que a ditadura *foi um período de intenso desenvolvimento econômico*, concordam mais que a ditadura foi *um período de crises econômicas e aumento da dívida externa* e discordam mais sobre *ser um período sem corrupção na política e no governo*.

A reflexão acerca desses dados coloca em questionamento a dimensão cognitiva da cultura histórica, que se refere à historiografia especializada e que se constrói a partir de fontes, por meio do trabalho do historiador e do método histórico. Para Rüsen (1994, p. 20 – tradução nossa), essa dimensão trata “do princípio de coerência de conteúdo, que se refere a confiabilidade da experiência histórica e ao alcance das normas que se utilizam para a sua interpretação”. Ou, seja, estamos falando da dimensão interpretativa que se pauta na capacidade de conhecer o passado humano, estabelecendo sentenças baseando-se no rigor teórico, empírico



e normativo. Incluem-se nessa dimensão não só o saber histórico produzido no ambiente universitário, mas também aquele que é resultado da mediação didática e aparece nos livros didáticos e nas narrativas dos professores de História, em salas de aula da educação básica.

Nesse sentido, podemos elencar alguns apontamentos em relação ao conhecimento histórico ensinado, importando-se aqui com os resultados que se referem aos estudantes do terceiro grupo, posto que estes, são justamente aqueles que provavelmente dão peso maior ao conhecimento histórico obtido em fontes confiáveis como à sala de aula, seus professores e os livros didáticos.

O primeiro ponto é que nem sempre a fala dos professores está alinhada com a historiografia mais recente sobre a ditadura militar ou qualquer outro tema, ou mesmo com aquilo que se coloca nos livros didáticos. Professores formados há muito tempo, por exemplo, que pouco se dedicam à formação continuada, tendem a reproduzir saberes tal qual aprenderam, favorecendo assim a manutenção de representações refutadas pela academia, como os jargões de senso comum que afirmam que a ditadura foi um período mais seguro ou que apenas aqueles que não viviam sua vida adequadamente eram torturados ou mortos pelo regime, de modo que essas eram estratégias para manter a ordem no país. Não se pode deixar de apontar aqui também, que por outras razões, que fogem ao escopo e ao espaço desse artigo, há aqueles que concordam com essas afirmações, negando ou colocando em questão o que se coloca na historiografia atualizada, e acabam por disseminá-las durante as suas aulas.

Outro elemento é o livro didático. Embora a maior parte deles seja analisado por programas próprios de avaliação e tendam a apresentar poucos erros do ponto de vista histórico, não raro o recorte utilizado ao abordar determinados temas evidencia certos interesses bem como trazem um olhar que pode, por vezes priorizar, por exemplo, os aspectos mais relacionados ao desrespeito aos direitos humanos e ao estado democrático de direito ou, por outro lado, dar ênfase a outros elementos, como a política e a economia.

O mesmo acontece com os professores, em especial nesse momento tão delicado pelo qual estamos passando. Num contexto de cada vez maior denunciamento da escola como disseminadora de ideologias e criminalização dos docentes como doutrinadores, é possível que na prática de sala de aula, muitos se sintam mais à vontade para desconstruir questões menos sensíveis, como o chamado “milagre econômico”, por exemplo, do que para problematizar questões relacionadas à violência perpetrada pelo Estado contra aqueles que se opunham ao governo. Desta forma, ajuda a explicar por que os alunos do terceiro grupo se posicionam de





maneira mais próxima à narrativa historiográfica no que tange às afirmativas que se relacionam com a economia e com a corrupção no governo do que frente àquelas que se referem à face autoritária do regime.

E aqui, cabe ainda um adendo: o tempo destinado ao estudo da História recente do país como um todo e em especial à ditadura militar ocupa um espaço minúsculo dentro do currículo dos Anos Finais do Ensino Fundamental no Brasil. Apenas no 9º ano, em meio a outros tantos assuntos extremamente importantes para a compreensão do presente, tais como Era Vargas, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, Nova República, que os alunos poderão estudar de maneira mais aprofundada esse tema. Como podem, tanto professores quanto estudantes, desconstruir e problematizar os mais diversos elementos de senso comum das variadas facetas que estão em pauta quando falamos de ditadura militar e que estão enraizados na memória coletiva do país, tendo tão pouco tempo para isso? Nesse sentido, urge repensar os documentos curriculares, buscando levar mais em consideração os objetivos do ensino e História e o papel da escola na formação para a cidadania.

### **Dimensão Política**

A segunda dimensão da cultura histórica sobre a qual gostaríamos de refletir é a política, que se refere ao uso do pensamento histórico dentro de uma lógica de legitimação – ou deslegitimação - do poder, servindo a interesses e a articulações políticas. O conhecimento histórico, nessa dimensão, instrumentaliza relações de poder e dominação, entre “mandantes e obedientes”. Não à toa, em sociedades cuja forma de governo se caracteriza pelo totalitarismo e/ou pelo autoritarismo “os historiadores estão constantemente sob suspeita de contestar a legitimação, pois são capazes de apresentar experiências de desumanidade conectadas com problemas de dominação ou relações de dominação alternativas, mais humanas” (RÜSEN, 2015, p. 232).

Para pensarmos sobre a influência da dimensão política nas respostas dadas pelos estudantes no que se refere às associações que eles estabelecem com o governo militar em nosso país, cruzamos os dados da questão 32 com a 10 *Qual o seu interesse por política?* e com a 21.4 *Que importância tem para você o seguinte – o meu país.*



A tabela a seguir é resultado do cruzamento das questões 32 e 10 e demonstra que quanto maior o interesse por política mais próxima da realidade histórica é a percepção dos estudantes sobre o período da ditadura militar no Brasil.

Tabela 3 – Posicionamento frente a ditadura por grau de interesse na política: média

10. Qual o seu interesse pela política?	32.1. Combate ao terrorismo para manutenção da ordem	32.2. Intenso desenvolvimento econômico	32.3. Tortura e assassinato de opositores	32.4. Não levar em conta a opinião do povo para governar	32.5. Crises econômicas e aumento da dívida externa	32.6. Um período de maior segurança pública	32.7. Um período sem corrupção na política e no governo
Nenhum interesse	-0,07	0,13	-0,13	0,00	-0,21	0,23	0,12
Pequeno interesse	0,13	0,19	-0,16	-0,13	-0,03	0,28	0,04
Interesse médio	0,14	0,27	-0,12	-0,08	0,02	0,33	0,04
Grande interesse	0,23	0,21	-0,02	0,06	0,06	0,29	-0,13
Interesse muito grande	0,14	0,03	0,34	0,27	0,15	0,15	-0,24

Fonte: projeto *Residente*, organizado pelos autores

Diferentemente do que pôde ser identificado na seção anterior, aparecem aqui outros elementos de maneira destacada. Por exemplo, o grupo que mais concorda que esse período foi marcado *pela tortura e pelo assassinato de opositores* e por *não levar em conta a opinião do povo para governar* é justamente aquele que tem maior interesse pela política. Esse grupo é também o que mais discorda de que a ditadura militar *foi um período sem corrupção no governo e na política* e o que menos concorda que se trata de um período de *intenso desenvolvimento econômico* ou de *maior segurança pública*. Esse grupo é ainda o que mais concorda que o período foi marcado por *crises econômicas e aumento da dívida externa*.

Mais do que a percepção da História como produto de um trabalho especializado baseado em fontes e evidências, o que parece, a partir dos dados obtidos pelo *Projeto Residente*, é que o interesse por política - e por consequência o conhecimento político – permite uma visão mais coerente do passado.

Todavia, como afirmado anteriormente, a dimensão política está relacionada à legitimação de um determinado grupo no poder, de modo que outros sejam deslegitimados.



Nesse sentido, Rüsen adverte que quando a dimensão política se desarticula das exigências metodológicas, empíricas e teóricas da dimensão cognitiva, a identidade nacional, frequentemente utilizada como meio de legitimar posições de poder, “tende a se tornar uma relação mental interna e externa dotada de potencial agressivo nada negligenciável, que, sob determinadas circunstâncias, liberaria energia destrutiva” (RÜSEN, 2007, p.128). Um possível exemplo dessa desarticulação entre as dimensões cognitiva e política pode ser percebido quando estabelecemos um cruzamento de dados entre a questão 32 e a 21.4, conforme se pode observar na tabela a seguir.

Tabela 4 – Posicionamento frente a ditadura por grau de importância do país: média

21.4 Que importância tem para você o seu país?	32.1. Combate ao terrorismo para manutenção da ordem	32.2. Intenso desenvolvimento econômico	32.3. Tortura e assassinato de opositores	32.4. Não levar em conta a opinião do povo para governar	32.5. Crises econômicas e aumento da dívida externa	32.6. Um período de maior segurança pública	32.7. Um período sem corrupção na política e no governo
Nenhuma importância	-0,05	-0,26	-0,19	-0,13	-0,21	-0,24	-0,45
Pouca importância	-0,09	0,00	-0,02	-0,02	-0,05	0,03	-0,28
Importância média	0,12	0,11	-0,11	-0,02	0,00	0,28	-0,09
Muita importância	0,14	0,21	-0,06	-0,03	0,00	0,22	-0,07
Importância total	0,20	0,34	-0,04	-0,01	0,03	0,43	0,18

Fonte: projeto *Residente*, organizado pelos autores

Destacamos aqui, com base na tabela anterior, que quanto maior importância o jovem dá para o país, mais próximo está o seu posicionamento de uma narrativa nacionalista pregada pelos militares durante o regime e que em muito se aproxima da visão do atual governo frente a essa temática<sup>12</sup>. Nesse sentido, Juliana Balestra (2016, p. 250) afirma que “as memórias

<sup>12</sup> No Brasil, o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, desde o início do seu mandato, em janeiro de 2019, colocou como bandeira do seu governo uma “revisão” na forma de ensinar sobre a ditadura militar. Entusiasta não só do regime de exceção que se instaurou no Brasil em 1964, mas também defensor frequente de torturas e outros crimes contra a dignidade e os direitos humanos, segundo o mesmo, a “versão” que se conta nas escolas e nos livros didáticos é mentirosa e atende aos interesses ideológicos da esquerda. A academia, por sua vez reagiu, afirmando que essa postura de defesa do governo militar se aproxima de um negacionismo histórico, em que se



requisitadas estão sempre impregnadas por questões relativas ao presente, e não só pelas lembranças dos acontecimentos, pois o passado é sempre pensado a partir do agora”.

Dessa forma, o que se verifica é que quanto mais nacionalista é o respondente, mais concorda com representações que associam o projeto político e econômico da ditadura como positivo e exemplar. Nessa perspectiva, ainda que as *crises econômicas e o aumento da dívida externa* apareçam de forma marcante nesse grupo específico, ficam muito abaixo em nível médio de concordância, que as referências ao *intenso desenvolvimento econômico e à maior segurança pública*. A narrativa de que nesse período não houve corrupção na política e no governo também encontra mais eco e menos resistência no grupo daqueles para quem o país tem total importância.

Castro Netto (2019, p.72-73) explica que “o crescimento econômico de 11% durante a primeira metade da década de 1970 foi transformado pela ditadura numa euforia nacionalista que contribuiu para a manutenção de seus índices de legitimidade e o exercício do poder [...]. O autor defende que ao fazer uso de sentimentos positivos, como o nacionalismo, o ufanismo e o amor à pátria, os governos militares conseguiram estabelecer e/ou fortalecer vínculos entre a grupo no poder e a sociedade, de modo a incitar os seus cidadãos a defender a nação. Tal estratégia se mostrou bastante eficaz, de modo que as heranças memoriais dessas narrativas nacionalistas continuam a ser percebidas até hoje, 50 anos depois do chamado milagre econômico, conforme observamos na tabela 3.

## Dimensão Moral

A presente seção visa refletir sobre a dimensão moral da cultura histórica frente às respostas dos estudantes sobre seu posicionamento acerca da ditadura militar. Essa dimensão, proposta por Rüsen (2015, p.233), trata da “valorização do acontecimento passado de acordo com normas éticas e morais válidas na cultura atual”. Em linhas gerais, “é decisivo aqui o critério de sentido da distinção entre o bem e o mal”.

---

tenta “negar o que aconteceu”. Uma mudança na narrativa, nesse caso, acabaria trazendo mais legitimidade para as ideias do grupo – majoritariamente composto por militares – que ocupa o poder no país. Mais informações sobre esse assunto podem ser lidas em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295\\_939718.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html) Acesso em 06 set. 2019.



Para pensar sobre a relação entre o posicionamento político dos estudantes acerca do período ditatorial e essa dimensão moral de constituição de sentido utilizaremos o cruzamento da questão 9. *Qual a importância da religião para você* com a 32. A tabela abaixo apresenta as médias desse cruzamento.

Tabela 5 – Posicionamento frente à ditadura por grau de relevância da religião: média

9. Qual a importância da religião para você?	32.1. Combate ao terrorismo para manutenção da ordem	32.2. Intenso desenvolvimento econômico	32.3. Tortura e assassinato de opositores	32.4. Não levar em conta a opinião do povo para governar	32.5. Crises econômicas e aumento da dívida externa	32.6. Um período de maior segurança pública	32.7. Um período sem corrupção na política e no governo
Não é importante	0,01	-0,07	0,15	0,17	0,12	0,05	-0,33
É pouco importante	0,05	0,09	0,03	-0,01	-0,07	0,09	-0,28
Importância média	-0,01	0,05	0,00	0,00	0,07	0,17	-0,21
É importante	0,14	0,23	-0,06	0,03	0,03	0,26	0,02
É muito importante	0,21	0,32	-0,14	-0,11	-0,03	0,45	0,18

Fonte: projeto *Residente*, organizado pelos autores

A tabela acima nos permite perceber que há uma relação entre a importância dada à religião e a concordância com a ideia de que os governos militares foram responsáveis por combater o terrorismo e manter a ordem social (32.1). Isso porque entre aqueles que indicaram que a religião é pouco importante ou não é importante as médias são menores do que entre os jovens que indicaram ter a religião como aspecto importante ou muito importante nas suas vidas.

Outras relações que conseguimos estabelecer com base nos dados é de que quanto maior a importância da religião para o jovem, mais tende a negar o processo de tortura e assassinatos de opositores ocorridos durante o período (32.3) e a concordar que não houve corrupção na política e no governo nesse período (32.7).

A partir dessas relações afirmamos que o grau de interesse religioso acaba por influir no posicionamento político e na própria visão sobre o passado. Ou seja, apontamos que a dimensão moral, principalmente baseada na religião, acaba por interferir sobre o olhar acerca do passado.



Destacamos essa relação entre moral e ditadura no Brasil porque dentro dos discursos de apoio ao governo liderado pelos militares estava a noção de certo e errado, principalmente sob a moral religiosa. Discursos de que o comunismo (terroristas) iria contra os valores tradicionais cristãos tiveram bastante repercussão entre os apoiadores do regime instalado em 1964 (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 273). A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de 1964, demonstra como a moral religiosa, em especial a católica, teve influência significativa no processo de instalação dos governos militares e também da sua legitimação.

Rüsen (2015, p.236) afirma que “a dimensão moral pode, mediante ideologização, absorver a cognitiva, justificar pretensões políticas de dominação e dissolver as expectativas religiosas de salvação e imanência mundana sem salvação”. É possível perceber essa afirmativa teórica de Rüsen quando observamos que a moralidade que baseou o regime instalado em 1964 toma *status* de ideologia<sup>13</sup> e se sobrepõe aos saberes científicos, que mantêm o foco na intenção de verdade. Desta forma, justificam-se ações políticas que visem defender a moralidade, comumente hegemônica. De forma geral, esse movimento de ideologização da dimensão moral é adotado por grupos conservadores, justamente porque a ideia é impedir que transformações ocorram e para tal encarna-se o discurso da dimensão religiosa, de um *salvador da pátria* que salvaria o país dos males. No caso do Brasil frequentemente esse *mal* é associado ao comunismo.

Os dados acima, em especial os que se referem às questões 32.1 e 32.6, demonstram que as relações se estabelecem nas questões que tangem à moralidade porque justifica-se a violência contra opositores e o combate ao terrorismo na luta contra o *errado* “comunismo” que atacaria frontalmente os “valores tradicionais cristãos” (o terço e o rosário, o matrimônio, a família)” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 273). O discurso, de que só deveriam temer as ações violentas do governo os opositores, como afirma o ditado *quem não deve não teme*, acaba por lançar base à noção de que foram perseguidos apenas aqueles que, frente a base moral do regime, estavam errados.

Um outro ponto que serviu como base para a defesa da tomada de poder pelos militares e no qual pode ser percebido a relação nos dados acima foi a corrupção da classe política (CHIRIO, 2012, p.84). A moralidade por trás desse discurso é tão forte que os militares passaram 21 anos à frente do poder e saíram sem serem considerados, de forma geral, como

<sup>13</sup> Entendemos ideologia no sentido de distorção do olhar sobre realidades complexas e produção de uma representação da realidade mais orientada por aspirações do que pela relação à experiência (RÜSEN, 2015, p.97).





corruptos, mesmo havendo indícios de corrupções no decorrer desses 21 anos. A representação dos militares como os responsáveis pela salvação da pátria, segundo a qual eles teriam assumido o poder para expurgar os perigos que ameaçavam a moral cristã, católica em especial, e acabar com a corrupção na classe política, os eximiria de qualquer acusação de governo corrupto<sup>14</sup>. Nessa mesma perspectiva, pode-se compreender também por que os mais religiosos tendem a admitir o período da ditadura como de um intenso crescimento econômico (32.2): que o governo era o certo seria “lógico” que também houvesse uma melhora econômica no país.

Os discursos atuais organizados a partir da dimensão moral centralizam seus esforços na ideia de uma proteção à família nuclear, ao modelo cristão, muito semelhante às justificativas utilizadas para a tomada de poder em 1964 pelos militares. Esse retorno de força por parte do discurso conservador pode ser uma influência significativa para que os jovens mais religiosos tendam a acolher as justificativas morais da década de 1960 e compreender a tomada de poder por parte dos militares como um processo salvífico que libertou o Brasil de uma influência nefasta centrada no comunismo.

### **Dimensão da visão do mundo**

Até a obra publicada no Brasil em 2015, *Teoria da história: uma teoria da história como ciência* Rüsen havia proposto cinco dimensões ideias em que a cultura histórica age, sendo elas: cognitiva (determinada pelo pensar); estética (determinada pelo sentir); política (determinada pelo querer); moral (determinada pelo valorizar); religiosa (determinada pelo crer). Nessa obra ainda, Rüsen (2015, p.229) menciona um dimensionamento ideológico, mas o coloca dentro do âmbito da dimensão cognitiva.

Entretanto, numa entrevista de 2016, Rüsen (p.167) amplia de cinco para oito dimensões, sendo acrescentadas: dimensão retórica (determinada pelo poder de convencimento); dimensão didática (determinada pela obtenção de competência histórica); e dimensão da visão do mundo (determinada pela ideologia). Embora aspectos da retórica, da ideologia e da obtenção de competência histórica tivessem sido tratados anteriormente pelo autor, o mesmo não havia proposto como dimensões específicas da Cultura Histórica.

---

<sup>14</sup> Matéria lista alguns casos de corrupção durante o período em que os militares estiveram a frente do governo no Brasil. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/01/conheca-dez-historias-de-corrupcao-durante-a-ditadura-militar.htm> Acesso em: 14 jul. 2020.



De toda forma, mesmo com a ampliação, Rösen (2016, p.167) destaca que as centrais são as dimensões política, estética e cognitiva. Possivelmente por isso não há uma explicação maior por parte do autor acerca dessas três “novas” dimensões enunciadas. Nos próximos parágrafos faremos um esforço sobre a dimensão de visão do mundo, que é a que utilizaremos nessa seção.

Para falarmos dela é preciso antes pensar sobre o que é ideologia para Rösen, já que esta é o critério de tal dimensão. Para o autor (RÜSEN, 2015, p.241-242), ideologia pode ser o falseamento de uma realidade ou uma interpretação do mundo resistente à experiência, sendo incapaz de aprender e mantendo aversão a admitir modos alternativos de pensar e interpretar.

Estamos admitindo aqui principalmente esse último conceito como o fator central para a mobilização da dimensão de visão do mundo. Ou seja, essa dimensão seria a responsável por organizar sentido com base numa determinada visão de mundo a partir de uma estrutura formal de interpretação (RÜSEN, 2015, p.242), tendo como destaque a ausência de espaço para interferência da experiência nesse construto.

Essa dimensão está tanto nos construtos políticos, como o liberalismo, socialismos, etc., quanto na própria ciência quando se pega uma teoria e se violenta a realidade buscando encaixá-la dentro da proposta teórica. Rösen (2015, p.242) destaca que “ideologias paralisam a dinâmica das orientações culturais ao estabelecer concepções fixas de sentido”.

Utilizaremos esses apontamentos teóricos para compreender os dados da tabela a seguir que cruza o posicionamento acerca da ditadura com a relevância do dinheiro e riqueza para os estudantes:

Tabela 6 – Posicionamento frente à ditadura por grau de relevância do dinheiro e riqueza: média

<b>21.6 Dinheiro e riqueza que possa adquirir</b>	<b>32.1. Combate ao terrorismo para manutenção da ordem</b>	<b>32.2. Intenso desenvolvimento econômico</b>	<b>32.3. Tortura e assassinato de opositores</b>	<b>32.4. Não levar em conta a opinião do povo para governar</b>	<b>32.5. Crises econômicas e aumento da dívida externa</b>	<b>32.6. Um período de maior segurança pública</b>	<b>32.7. Um período sem corrupção na política e no governo</b>
Nenhuma importância	-0,40	-0,02	-0,10	0,18	-0,33	-0,09	-0,16
Pouca importância	0,04	0,11	-0,05	-0,04	-0,10	0,14	-0,09
Importância Média	0,14	0,18	-0,09	-0,05	0,03	0,25	-0,06



---

Muita importância	0,21	0,26	-0,11	-0,07	0,06	0,36	-0,01
Importância total	0,20	0,29	0,05	0,02	0,05	0,43	0,18

---

Fonte: projeto *Residente*, organizado pelos autores

A partir da tabela acima podemos indicar que existe uma relação entre aqueles que indicam a importância do dinheiro para a sua vida, portanto os que se veem como capitalistas, com o discurso econômico dos militares de desenvolvimento econômico (32.2) baseado principalmente no chamado Milagre Econômico, que teve seu ápice no início da década de 1970. Olhando a tabela pode haver um estranhamento porque quanto maior a relevância do dinheiro para os jovens também mais concordam que foi período de aumento da crise econômica (32.5). O paradoxo estaria em: como os jovens admitem desenvolvimento econômico e crises econômicas e dívida externa, ainda que em média menor de concordância?

Para compreender esses dados lançamos mão da ideia de autonomia individual, que segundo Jessé de Souza (2018, p.10) é o valor mais alto do Ocidente. Destacamos que estamos tomando individualismo como a centralidade do indivíduo frente ao social e como parte da ideologia capitalista. Fazemos isso porque entendemos que esses jovens olham para o passado e reproduzem esse modelo centrado no indivíduo e por isso aceitam o referido período como de desenvolvimento econômico, mesmo considerando também de crise, porque ao enriquecer, enriqueceu o indivíduo e ao pagar pela crise, pagou o mais pobre e o Estado.

Afirmamos que a ideologia centrada no indivíduo dificulta a compreensão da crise do período ditatorial como um empecilho para o desenvolvimento econômico porque, embora os respondentes sejam de vários grupos sociais, “hoje em dia, o trabalhador precário não se considera pobre, mas de classe média” (SOUZA, 2018, p.12). Ou seja, essa lógica capitalista/individualista faz com que a visão desses jovens seja de que foi um período em que houve determinado enriquecimento por parte da população, sendo que o evento mais significativo foi o aumento da concentração de renda (SADER, 1990, p.27).

Outra característica do período foi o aumento da dívida externa<sup>15</sup>, e os respondentes admitem isso. Todavia, essa característica não é considerada como motivo para abalar a ideia

---

<sup>15</sup> O portal de notícias R7 traz gráfico de aumento da dívida externa. Disponível em: <http://www.r7.com/r7/media/2014/20140331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html> Acesso em: 17 jul. 2020.



de desenvolvimento econômico porque está atrelada ao Estado e, dentro da lógica individualista, os problemas econômicos do Estado não atrapalham o avanço econômico do indivíduo.

Com essa discussão conseguimos perceber que a ideologia, critério da dimensão de visão do mundo, acaba por interferir e regular a visão dos estudantes sobre o passado. Conseguimos observar, por exemplo, que sendo uma das características dessa dimensão a dificuldade de se abrir à experiência, os jovens, mesmo admitindo problemas econômicos (32.5), mantêm uma visão pré-formulada.

Ainda um outro aspecto do capitalismo que conseguimos perceber como influência nos dados da tabela anterior é que quanto mais os jovens indicam que as riquezas têm relevância na sua vida mais admitem que o período ditatorial foi de segurança pública. A relação que estabelecemos aqui é que a discussão de segurança pública que está posta está significativamente vinculada a ideia de propriedade privada e por isso acaba por ser inerente a lógica capitalista. Isso porque o sujeito que valoriza o enriquecimento não quer que ninguém tome os bens que estão sob sua propriedade.

Podemos considerar a ideia de segurança pública e da propriedade privada como uma das bases do regime instalado em 1964, afinal o discurso era para o impedimento de uma ditadura comunista que, por vertente ideológica, critica justamente a propriedade privada. Ou seja, percebemos que quanto mais os jovens respondem dentro de um viés capitalista mais assumem o discurso que justificou a tomada de poder dos militares.

Ainda conseguimos perceber uma relação na questão 32.7 – sobre ausência de corrupção na ditadura – onde quanto mais relevância às riquezas o jovem dá, menos ele considera o período ditatorial um período com corrupção. Por mais que a questão da corrupção esteja voltada mais à dimensão moral é preciso destacar que “o capitalismo não pode ser compreendido apenas por sua dimensão econômica, enquanto fluxo de capital e troca de mercadorias, mas também como uma dimensão simbólica, moral e cultural comum” (SOUZA, 2018, p.41).

Em outras palavras, as dimensões são tipos-ideais e por isso não se encontram totalmente separadas no cotidiano. O que conseguimos observar é que os jovens que se identificam mais com os pressupostos capitalistas também se aproximam de um discurso anticorrupção porque no Brasil, de forma mais específica, as defesas por esse modelo de medidas econômicas estão muito próximo dos discursos moralistas, vide a campanha do atual



presidente Jair Bolsonaro e até mesmo a justificativa de limpar o Brasil da corrupção utilizada pelos militares.

### Considerações Finais

Com os dados e com a análise que apresentamos aqui foi possível perceber que a cultura histórica, como o contexto que engloba o sujeito, interfere diretamente na construção de sentido e, conseqüentemente, no posicionamento político na atualidade. Frente a isso, o ensino de História, em especial o escolar, não pode se ver como o único responsável por dar as ferramentas que os jovens utilizam na geração de sentido. Ou seja, é preciso que haja investimento em pesquisas e reflexões sobre a formação e circulação do conhecimento histórico em outros meios, assim como se faz necessário que outras narrativas acerca do passado sejam levadas às salas de aula e problematizadas em confronto com àquelas que se baseiam nas evidências historiográficas.

Nesse sentido, reiteramos que a formação histórica na sua dimensão cognitiva, se coloca como um caminho para o fortalecimento da democracia, que por um lado pode retomar e dar ênfase ao passado, a partir da ideia de conhecer para não repetir ou não permitir que se repita, ao mesmo tempo em que confronta e questiona consensos e legitimações que forjam uma memória positiva de governos e governantes autoritários e antidemocráticos.

Em relação à circulação do conhecimento histórico produzido na academia, defendemos que a ciência histórica precisa se importar mais com a forma com que se apresenta e com a disseminação em espaços não acadêmicos, para o público não especializado. Essa preocupação se faz urgente para que o conhecimento científico possa lograr e conquistar mais espaços frente a sociedade, tornando-se mais relevante na cultura histórica para geração de sentido.

### REFERÊNCIAS

ÁVILA, A. L. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos. **Café História**. 29 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>> Acesso em 28 dez 2020.

BALESTRA, J. P. História e ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina. **Antíteses**. Londrina, PR, v. 9, n. 18, p. 249-274, jul. / dez, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1933/193349764012.pdf>> Acesso em 17 ago 2020



BAROM, W. C. C. O projeto Jovens e a História e suas publicações (2007-2016). **Revista Latino-Americana de História**. São Leopoldo, RS, v. 6, n. 17, p.112 - 132, jan. / jul. 2017. Disponível em: < <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/684/765>> Acesso em: 28 maio 2019.

\_\_\_\_\_. W. C. C. Pesquisas na área do Ensino de História e o software IBM SPSS Statistics. **História & Ensino**. Londrina, PR, v. 25, n. 02, p.239-268, jul./dez. 2019.

BETIM, Felipe. Campanha “anti-doutrinação” contra professores eleva estresse em sala de aula. **El País**, São Paulo, 19 maio 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165\\_316536.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html)> Acesso em 15 set 2020.

CASTRO NETTO, David Antônio de. Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v. 8, n. 16, p. 72-96, 2019. Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/59896073/7829-25867-1-PB20190629-85475-gyvmlu.pdf>> Acesso em 15 set. 2020

CERRI, L.F. **Vovó sabe mais história que você (evidência anedótica)**. 2017. (10min08s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=yj75xrXmwwc>> Acesso em 21 ago 2020.

\_\_\_\_\_. **Projeto Residente: observatório das relações entre jovens, história e política na América Latina**. 2019. (1h43min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v0NwkE1-9FA&t=902s>> Acesso em 21 ago 2020.

CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. D. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

GIELOW, I. Golpe de 64 é 'marco para a democracia brasileira', diz Defesa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 mar. 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/golpe-de-64-e-marco-para-a-democracia-brasileira-diz-defesa.shtml>> Acesso em 21 ago. 2020.

GRUPO de Estudos em Didática da História. Disponível em: < <https://www2.uepg.br/gedhi/>> Acesso em: 17 ago. 2020

NICOLAZZI, F. A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo. **Sul 21**. Porto Alegre, 23 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>> Acesso em 21 ago. 2020.

OLIVEIRA, R. Governo Bolsonaro prega “negacionismo histórico” sobre a ditadura. **El país: História, Brasil**, 05 abr. 2019. Disponível em: <





[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295\\_939718.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html)> Acesso em: 06 set. 2019.

RÜSEN, J. “**Qué es la cultura histórica?:** Reflexiones sobre uma nueva manera de abordar la historia. Tradução de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher, 1994.

\_\_\_\_\_. **Teoria da História:** Uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

\_\_\_\_\_. Algumas ideias sobre interseção da meta-história e da didática da história. **Revista História Hoje**, v.5, nº9, p. 159-170, 2016. Entrevista concedida a Marília Gago.

SADER, E. **A transição no Brasil:** da ditadura à democracia?. São Paulo: Editora Atual, 1990.

SOUZA, J. D. **A Classe Média no Espelho.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

VIEIRA, Kelmara Mendes; DALMORO, Marlon. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: Unirio, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A1615.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2019.